



POLÍTICAS SOCIAIS, SERVIÇO SOCIAL E EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Social Policies, Social Work and the Profession

Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves¹
Heide de Jesus Damasceno²

RESUMO

O presente artigo faz algumas considerações sobre a articulação das políticas sociais, o Serviço Social e o exercício profissional. Parte de reflexões sobre o Estado em autores considerados contratualistas, situa a concepção de Marx e a ampliação da concepção de Estado em Gramsci. Analisa aspectos fundamentais para compreender as respostas do Estado às demandas sociais, que emergem do cotidiano por meio das políticas sociais, bem como para o profissional de Serviço Social enfrentar as distintas expressões da questão social em momentos históricos do desenvolvimento do capitalismo. Ressalta a formação profissional e a capacitação permanente para um exercício profissional articulado às contradições e às constantes transformações da sociedade, aliado à perspectiva crítica e a um projeto de sociedade.

Palavras-Chave: Serviço Social. Políticas Sociais. Exercício Profissional.

1 Assistente Social, docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Líder do grupo “Serviço Social, Políticas Públicas e Movimentos Sociais”.

2 Assistente Social do Instituto Federal da Bahia, doutoranda em Serviço Social pelo Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE, graduada e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe.

ABSTRACT

This article presents some considerations about the articulation of social politics, Social services and professional practice, based on reflections about the State on authors considered contractual. It situates Marx conception and the broadening of the Gramsci concept of state. It analyzes key aspects for understanding how the State responds to social demands that emerge from the daily life, by means of social policies, as well as for Social Service professionals who face distinct expressions of social issues in historic moments of the development of capitalism. It emphasizes the professional training and permanent preparation for an engaged professional practice, as well as the contradictions and the constant transformations of society, along with the critical perspective and a project of society.

Keywords: Social work. Social Politics. Professional Practice.

Submissão - 25/07/2016

Aceite - 13/01/2017

Introdução

O artigo tem a pretensão de situar a relação entre políticas sociais, o Serviço Social e o exercício profissional. O Serviço Social, concebido, segundo a perspectiva histórico-crítica, tem sua emergência situada no bojo das transformações sócio-históricas do capital. O seu surgimento enquanto profissão está relacionado às respostas estatais à questão social por meio das políticas sociais. Nesse sentido, na esteira de reflexões de autores como: Paulo Netto, Montañó, Yamamoto, enfatiza-se que o Serviço Social não é uma continuidade das protoformas de “ajuda aos pobres”, mas se constitui com as alterações de um dado contexto do capital, envolvendo o Estado e as políticas sociais como respostas às expressões sociais. O primeiro item aborda algumas reflexões sobre o Estado, enfatizando algumas noções presentes nos contratualistas (Hobbes, Locke e Rousseau), em Marx e Gramsci. O segundo item trata do Serviço Social, da questão social e das políticas sociais, das relações que estabelecem entre si. E, por último, apresenta-se uma discussão sobre o exercício profissional do assistente social no contexto das constantes transformações oriundas do desenvolvimento do capitalismo.

1 Estado e políticas sociais: alguns apontamentos

Ser radical nas análises acerca do Serviço Social e da política social significa ir além do papel do Estado, ou seja, averiguar as causas de suas transformações sócio-históricas. Isso compreende perceber as determinações da relação capital e trabalho nos diferentes contextos, realizando as mediações necessárias e entendendo tais relações como antagônicas, recíprocas e contraditórias.

Este texto mostra que não é admissível compreender o Estado com papéis e fases isoladas, dissociado dos contextos sociais e históricos, dos modos de produção vigentes e da trama contraditória da relação entre classes.

O Estado, na contemporaneidade, responsável pela operacionalização das políticas sociais, num dado momento histórico tornou-se uma instituição política “[...] quando adquiriu *persona* própria, separada da *persona* do governante e de influências religiosas.” (PEREIRA, 2009, p. 135, grifo da autora). Esse contexto se desenha a partir do século XVII, quando as ideias desvinculadas da teologia vão surgindo e disputando diferentes concepções de Estado e sociedade.

As diferentes concepções de Estado e sociedade surgem em decorrência das ideias dos “jus naturalistas” modernos. Aqui, tomamos como referência Hobbes e Locke, pois são considerados os primeiros autores políticos que defendiam o “estado de natureza”. Hobbes negou a máxima de que o homem é naturalmente bom e Locke subsidiou as ideias do liberalismo clássico. Tais pensamentos compreendem a vida em sociedade estabelecida com o “contrato social”. Não diferenciam o Estado do governo e da sociedade civil, mas separaram as categorias de público e privado, relacionando-as com o Estado e indivíduos, respectivamente.

A interpretação de Hobbes (apud RIBEIRO, 1993) era que se não fosse criado o Estado, os homens se destruiriam, devido seu desejo natural de poder, riqueza e propriedade. Para ele, o Estado deveria ser dotado de poder absoluto, pois assim os homens estariam seguros.

[...] É nele que consiste a essência do Estado, o qual pode ser assim definida: uma pessoa de cujos atos de uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar

a paz e a defesa comum. Aquele que é portador dessa pessoa se chama soberano, e dele se diz que possui poder soberano. Todos os restantes são súditos. (HOBBS, 1988 apud RIBEIRO, 1993, p. 62).

Locke discordava de Hobbes na perspectiva de que o homem era mau por natureza e devia ser regulado por um Estado coercitivo. Em sua opinião, o Estado deveria garantir direitos fundamentais (vida, liberdade e propriedade privada), ideais do liberalismo. Já Rousseau, considerado o precursor do socialismo, apresentou os fundamentos da democracia, soberania popular e vontade do povo. Propôs “[...] o exercício da soberania pelo povo, como condição primeira para a sua libertação” (ROUSSEAU apud NASCIMENTO, 1993, p.196).

Pereira (2009, p. 153) sintetiza esses pensamentos dos “contratualistas”, fundamentais para entender as relações entre Estado e sociedade da seguinte maneira:

[...] concebem tanto o Estado (Hobbes, Locke) quanto à sociedade (Locke, Rousseau), como o resultado de um contrato social imprescindível ao convívio humano civilizado; porém, com a grande diferença de que, para Rousseau [...] é a vida em estágio natural que é civilizada e cujos valores devem ser recuperados na construção da sociedade política. Sendo assim, apenas a sociedade é fundada por contrato. O Estado resulta dessa formação contratual para servir ao povo, que é quem detém a verdadeira cidadania e é a fonte da vontade geral.

Esse artigo concebe o Estado e a sociedade com base na teoria crítica oriunda da imensurável contribuição de Karl Marx, que analisa o Estado como a superestrutura, determinada conforme as relações sociais:

O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinha movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a

imensa superestrutura. (MARX, 1983, p. 24-25).

Para ele, “[...] não é o Estado que organiza a sociedade, mas é a sociedade, entendida como o conjunto das relações econômicas, que explica o surgimento do Estado, de sua natureza, caráter e recursos políticos.” (MARX apud PEREIRA, 2009, p. 155). Conforme essa interpretação, Marx afirmava o caráter alienante do Estado, conceituando-o como instrumento de dominação da classe dominante.

Gramsci amplia o conceito de Estado a posteriori aos fundamentos de análise de Marx, mas apresentando novas determinações que tem a ver com a disputa de hegemonia e consenso na sociedade contemporânea. Gramsci (1968, p.10-11) fixa dois “planos” superestruturais:

O que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, que correspondem à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e aquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas.

Assim, ele afirma que no Estado “[...] entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, o Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção).” (GRAMSCI, 2000b, p. 244 apud MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p. 44).

Essa definição de Gramsci aproxima-se mais da complexidade da política e do papel do Estado nas sociedades capitalistas, tendo em vista os papéis que o Estado passa a assumir nas diversas fases do capitalismo e a correlação de forças sociais que interferem na sua atuação. Deve-se atentar ao fato de o Estado acompanhar o “[...] conjunto de mudanças verificadas no processo de dominação burguesa diante de fatos como estes: surgimento da classe operária, a partir das revoluções de 1848, com um novo ator de peso na arena política.” (PEREIRA, 2009, p.157).

É salutar pontuar que o sistema capitalista se consolida a partir das revoluções ocorridas na Inglaterra e França, caracterizadas pela revolução da burguesia e pela dissolução do antigo regime feudal. Assim, Hobsbawn (2009, p. 20) afirma que a “[...] transformação de

1789-1848 é essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países e que dali se propagou por todo o mundo.” De fato, o mundo todo sofreu e ainda é acometido pelas influências e consequências dessas revoluções que tiveram como produto a nova fase da história da humanidade: a modernidade.

Os ônus e bônus trazidos pelo novo sistema são inúmeros. De um lado, temos os fantásticos avanços tecnológicos e uma capacidade extraordinária de acumular riquezas. Contraditoriamente, assiste-se a um crescente pauperismo, com enorme fosso entre os capitalistas, detentores da riqueza e meios de produção, e os trabalhadores, explorados da forma mais perversa e cruel pelo capital.

A questão social, própria da emergência do sistema capitalista, possui dupla condição que a origina. A primeira delas é a condição objetiva: por mais que aumentem as forças produtivas, contraditoriamente há ampliação da pobreza e o surgimento de outras expressões dela decorrentes. Paulo Netto (2011, p. 153-154) explica que questão social não representa o sinônimo de pauperismo nem seu desenvolvimento, pois está num contexto em que há riqueza suficiente para acabar com a pobreza, mas a sociedade produz coletivamente e se apropria privadamente. Assim, a questão social é compreendida quando o pauperismo atinge dimensões nunca antes vistas na história, apesar do alto desenvolvimento das forças produtivas.

A outra condição, o elemento subjetivo, encontra-se exatamente nestes desdobramentos sociopolíticos, que representam a reivindicação dos proletários diante das “promessas” da modernidade (igualdade, liberdade, fraternidade), ou seja, quando os trabalhadores constituem-se em “classe para si” (PAULO NETTO, 2011).-

A contradição do capital leva-o inevitavelmente a incessantes e previsíveis crises cíclicas. De acordo com Paulo Netto e Braz (2006), as crises do capitalismo são históricas, funcionais e se constituem como mecanismos restauradores para a continuidade do sistema. Suas causas são a acumulação de riquezas, a produção e circulação de mercadorias (queda da taxa de lucro e subconsumo), ou seja, suas causas estão sempre relacionadas à exploração do trabalho, aumento da produtividade do trabalho e queda do valor das mercadorias.

Os estágios do capitalismo podem ser diferentemente caracterizados, apesar de seu pilar continuar o mesmo: a exploração do

trabalho humano, a partir da extração de mais-valia. Nesse sentido, pode-se afirmar que nos estágios concorrencial e monopolista estão as condições de emergência da questão social e do Serviço Social, respectivamente.

O concorrencial diz respeito a sua consolidação posterior ao capitalismo mercantil, pós-revolução burguesa, caracterizando-se pelo avanço da indústria e seus lucros, exploração do trabalho, implantação das máquinas, concorrência entre os capitalistas. Paulo Netto e Braz (2006) pontuam que este estágio do capital provoca um processo de urbanização sem precedentes, cria um mercado mundial, pois a “iniciativa privada” se consolida devido à concorrência desenfreada e generalizada e se instauram as lutas de classes.

O Estado, neste estágio, apresenta-se como liberal, cujas funções se resumiam a atender os interesses do capital, restringindo-se a

Assegurar o que podemos chamar de condições externas para a acumulação capitalista – manutenção da propriedade privada e da ‘ordem pública’ (leia-se: o enquadramento dos trabalhadores). Tratava-se do Estado reivindicado pela teoria liberal: um Estado com mínimas atribuições econômicas; mas isso não significa um Estado alheio à atividade econômica – pelo contrário: ao assegurar as condições externas para a acumulação capitalista, o Estado intervinha no exclusivo interesse do capital (e era exatamente essa a exigência liberal). (PAULO NETTO, BRAZ, 2006, p. 173-174).

A emergência do Serviço Social se dá posterior à intercorrência do processo exposto acima, no contexto do capital monopolista, que se caracteriza pela concentração e centralização dos monopólios (grupos capitalistas controlando ramos industriais), mudança do papel dos bancos e do Estado. Segundo Santos (2012, p. 44):

A crise de superprodução, desencadeada por volta de 1870 que se estende até 1930, contraditoriamente, vai levar à nova fase de expansão do capital, conhecida como Capitalismo Monopolista, superando a fase concorrencial, hegemônica até então. As estratégias buscadas para a superação da crise consistiram, basicamente, além da exportação de capitais para países como os Estados Unidos e a Alemanha, o investimento na indústria bélica em face das disputas por hegemonia mundial absorvidas pelos Estados em guerra e o investimento no capital bancário, que redimensiona significativamente o

peso do capital financeiro.

De acordo com a leitura de Paulo Netto e Braz (2006), o imperialismo tem marco histórico de pouco mais de um século, abrangendo a “fase clássica” (1890-1940), os “anos dourados” (final da segunda guerra mundial até a entrada dos anos setenta) e o capitalismo contemporâneo, que segue até os dias atuais. Nesse contexto, os Estados, associados ao imperialismo, caracterizam-se como intervencionistas, pois, para gerir tais contradições, devem ir “[...] além da garantia das condições externas da produção e da acumulação capitalistas.” (PAULO NETTO, BRAZ, 2006, p. 203).

O Estado passa a intervir e garantir as condições estruturais de reprodução do capital através de setores básicos (ainda considerados não rentáveis), do oferecimento de subsídios às empresas em crises e de financiamentos de serviços públicos. Passa a dar tratamento diferenciado à questão social, mudando o trato de questão de polícia, para uma questão política, passa de burguês liberal para burguês monopolístico. Nesse sentido, incorpora para o público o que já tinha legitimidade social, por meio das políticas sociais. A este respeito Montañó (2009, p. 33) assinala que:

A formulação e implementação das políticas sociais, próprias desse novo estágio da ordem socioeconômica, estimulam a criação de diversas novas profissões ‘especializadas’, dentre as quais o Serviço Social aparece para desempenhar seu papel, ocupando uma posição subordinada na divisão sociotécnica do trabalho, vinculada a execução terminal das políticas sociais.

Essas alterações do papel do Estado, em face das novas exigências das classes sociais decorrentes do sistema capitalista, tornam necessária a emergência do Serviço Social. Por isso, é relevante a compreensão da profissão no bojo das transformações sócio-históricas do capital.

Dessa forma, o Serviço Social deve ser compreendido como uma especialização do trabalho, própria da etapa monopolista do desenvolvimento do capitalismo. Surge quando o Estado passa a responder às expressões da questão social a partir da implementação das políticas sociais, ou seja, intervindo de forma organizada, com consensos, como nos assegura e sintetiza Paulo Netto (2011, p. 74):

O processo pelo qual a ordem monopolística instaura o es-

paço determinado que, na divisão social (e técnica) do trabalho a ela pertinente, propicia a profissionalização do Serviço Social tem suas bases nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a ‘questão social’, tipificadas nas políticas sociais.

A mesma análise que cabe ao Serviço Social cabe às políticas sociais: ambas são rupturas e não continuidade das protoformas de “ajuda aos pobres”. Com base na defesa de uma perspectiva histórico-crítica, compreende o Serviço Social não como a continuidade das protoformas, nem da caridade e filantropia, mas sim,

Como um produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à ‘questão social’. (MONTAÑO, 2009, p. 30).

Ainda ratificando essa posição, Paulo Netto (2011, p. 18) frisa que:

[...] a apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão nem de longe se esgota na referência à ‘questão social’ tomada abstratamente; está hipotecada ao concreto tratamento desta num dado momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade do monopólio, isto é, as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entrecruzam com a ‘questão social’, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopolística.

Ou seja, o Serviço Social não se constitui simplesmente pelo aperfeiçoamento da ajuda à pobreza que sempre existiu, nem apenas com a emergência da questão social, mas com as alterações de um dado contexto do capital, envolvendo o papel do Estado e as políticas sociais como respostas às expressões da questão social.

2 Políticas sociais e Serviço Social

Nos países centrais do sistema capitalista, as políticas sociais e o Serviço Social tiveram sua consolidação na fase de intensa acu-

mulação e desenvolvimento do Estado interventivo, denominado de “Bem-Estar Social” ou “*Welfare State*”. A partir dos anos de 1970, após o capital vivenciar sua fase de “anos dourados”, este modelo se torna “insustentável” aos seus interesses. Obviamente essas datas são referências e marcos, não correspondendo a “quebras” históricas, pois esta é processual. Os contextos também não se dão da mesma forma em países centrais e periféricos do capital, haja vista seu “desenvolvimento desigual e combinado”.

O capital financeiro ou novo imperialismo é a fase atual do sistema, caracterizada pela forte ofensiva do capital ao trabalho, com uma repressão sem precedentes. Segundo Harvey (2010, p. 58), trata-se de um novo tipo de sistema, pois “[...] abandonou-se o ouro como base material dos valores monetários e desde então o mundo tem tido de conviver com um sistema monetário desmaterializado.” As características econômicas da nova fase, de financeirização do capital, mascaram sua essência de exploração do trabalho e da existência de classes sociais antagônicas. No entanto, não há alterações na natureza desumana desse sistema e, socialmente, vivenciamos a barbárie nas relações sociais.

Novas configurações do Estado se apresentam ante esse novo contexto. Uma importante contribuição para entender a atual “decaência do Estado” é apresentada por Soares (2009, p. 12) quando diz:

É o avanço do capitalismo, portanto - através do aumento da rivalidade entre suas corporações gigantes, ‘solidarizando’ os espaços econômicos nacionais, homogeneizando os padrões de produção e consumo e introduzindo profundas diferenças sociais nas áreas de penetração recente -, que determina a tão propalada decadência do ‘estatismo’. Ou seja, o intenso processo de internacionalização dos mercados, dos sistemas produtivos e da tendência à unificação monetária e financeira que o acompanharam, levou a uma perda considerável da autonomia dos Estados Nacionais, reduzindo o espaço e a eficácia de suas políticas econômicas e demonstrando a precarização de suas políticas sociais.

Essa “redução” do Estado significa não apenas alterações de natureza econômica, mas redefinições das relações sociais na tentativa de resolver a crise do modelo social de acumulação capitalista. Sua configuração de “ajuste neoliberal” é usada como estratégia pelo capital na contemporaneidade e inclui:

[...] a informalidade no trabalho, o desemprego, o sub-emprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma ‘nova’ pobreza. Ao contrário, portanto, do que se afirma, a reprodução em condições críticas de grandes parcelas da população faz parte do modelo, não impedindo a reprodução do capital. (SOARES, 2009, p. 12).

Ocorre, então, a funcionalidade da “nova” pobreza e as formas de enfrentamento desta ao novo modelo social de acumulação. Ideologicamente, torna-se um desafio neste contexto a pós-modernidade, que abrange novas formas de fazer ciência e traz consigo um forte neoconservadorismo e valorização do individualismo. Nas políticas sociais, essas influências se apresentam consoante a:

[...] lógica da fragmentação e do curto prazo [...]; o trato com a realidade exige apenas conhecimento de pequeno alcance, pois o local se sobrepõe ao geral; as prestações sociais são ditadas pelo imediatismo e pela rapidez de resultados, geralmente quantitativos e referenciados na renda; o mérito desbanca o direito, até mesmo entre os pobres, que se transformam em vítimas meritórias da proteção social, por sua situação de penúria; as preferências individuais substituem as necessidades sociais na definição das políticas; e a história, cujo sentido de totalidade é essencial para se pensarem mudanças complexas e de longo prazo, se restringe a acontecimentos localizados ou isolados que requerem respostas pontuais. (PEREIRA; STEIN, 2010, p. 107-108).

Com base nessas concepções, as particularidades das expressões da “questão social”, diferenciadas em cada contexto e formação sócio-histórica, devem ser compreendidas. Na contemporaneidade, novas expressões da velha e mesma “questão social” se apresentam como demandas à intervenção das políticas sociais e, por mais que o pensamento conservador aponte alternativas para reforma e/ou naturalização da “questão social”, somente a supressão da ordem burguesa acarretará o seu fim (PAULO NETTO, 2011, p. 155-156).

É comum aos profissionais o debate sobre o papel do Estado, especialmente em tempo de redução de sua intervenção nas expressões da “questão social” e na retirada de direitos anteriormente conquistados pelos trabalhadores. No entanto, se essa perspectiva crítica de compreender as configurações do Estado, associadas diretamente ao sistema capitalista, não estiverem presentes, corre-se o risco de

dissociar a defesa de direitos à luta de classes, que é a luta por uma sociedade justa e igualitária, sem opressão e exploração do trabalho pelo capital.

3 Serviço Social e exercício profissional

A emergência do Serviço Social possui relação intrínseca com a “questão social” e as políticas sociais. Relacionada a essa reflexão, vista nos itens anteriores, há os desafios da intersetorialidade entre as políticas sociais. Posto isso, são apresentadas, neste item, algumas considerações sobre a profissão, que são fundamentais para entender as velhas e novas demandas do exercício profissional do assistente social em face ao cenário exposto.

O objeto do Serviço Social são as expressões da questão social. De acordo com Paulo Netto (2011), o grau de exploração do trabalho humano e a “escassez produzida socialmente”, próprios da ordem burguesa, constituem a questão social, que, a cada nova fase do capitalismo, expressam-se de forma diferenciada. Para ele, “a caracterização da ‘questão social’, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais” (NETTO, 2011).

A questão social apresenta novas expressões em meio às alterações no mundo do trabalho (desemprego, subemprego e precarizações dos contratos) e o Estado tende a se desresponsabilizar, tornando-se mínimo para o social e criando apelos ético-morais na tentativa de responsabilizar cada vez mais a sociedade civil pelo trato com a questão social.

Netto afirma ainda que nos anos gloriosos do capitalismo, consequente melhoria na vida dos trabalhadores pode ser observada, especialmente nos países centrais capitalistas. Isso não quer dizer que a questão social deixou de existir ou que o capital tem compromisso social, mas que ela se apresenta com outras configurações. Portanto, não houve ressurgimento ou uma nova questão social. (PAULO NETTO, 2011).

Da mesma forma que se entende que não há uma nova questão social, compreende-se não existir uma crise do trabalho, no sentido da exaustão dessa categoria. Essas polêmicas teóricas e políticas

se apresentam para mistificar os fundamentos dessa sociedade de classes antagônicas.

O que se apresenta para os assistentes sociais como demandas profissionais contemporâneas, novas e velhas expressões da questão social, são as consequências da exploração do trabalho. Isso tem provocado novos desafios e evidenciado as contradições da profissão, que podem ser respondidas com a análise da própria história da profissão.

Montaño (2009, p. 62) tece considerações acerca das dimensões da legitimação do assistente social associada à questão social.

A ‘questão social’ se torna, assim, não apenas o fator ‘disfuncional’ e ameaçador do ‘equilíbrio’, levando a classe dominante, mediatizada pelo Estado e outras organizações, a desenvolver uma estratégia de controle social por meio das políticas sociais e contratando o assistente social como executor delas (dimensão hegemônica da legitimidade profissional), mas a ‘questão social’ se constitui também no motivo pelo qual a população demanda ao Estado e aceita a intervenção desse profissional para a solução das suas carências (dimensão subalterna).

Nessa perspectiva, defende-se que o fundamento do Serviço Social está nas bases das contradições do sistema capitalista e sua forma de enfrentamento às expressões da questão social via políticas sociais. A profissão acompanha as alterações e fases do capital, mencionadas anteriormente, através da expansão ou retração das funções do Estado nas correlações de forças sociais. A atuação do assistente social se fez necessária em um dado momento histórico, emergindo a profissão na divisão social do trabalho na sociedade burguesa.

Não é prioridade fazer uma revisão histórica linear do Serviço Social, mas há aspectos das primeiras décadas de seu exercício profissional no Brasil, período correspondente à década de 1930 a 1960, que são importantes de ser resgatados. O Serviço Social possuía fortes influências da visão da Igreja e de teorias hegemônicas nas ciências sociais no período em questão.

Iamamoto e Carvalho (2003, p. 213-214), sintetizando o contexto de surgimento da profissão, sua origem e vinculação com a moral conservadora da Igreja Católica, afirmam que:

A implantação do Serviço Social não é [...] um processo isolado. Relaciona-se diretamente às profundas transformações econômicas e sociais pelas quais a sociedade brasileira é atravessada, e à ação dos grupos, classes e instituições que interagem com essas transformações. Seu surgimento se dá no seio do bloco católico, que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio da formação dos agentes especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de sua doutrina e ideologia [...]. O Serviço Social [...] se desenvolve no momento em que a Igreja se mobiliza para a recuperação e defesa de seus interesses e privilégios corporativos, e para a reafirmação de sua influência normativa na sociedade.

A influência normativa a que se referem Iamamoto e Carvalho (2003) é a principal responsável pela atuação do assistente social nessa conjuntura, configurando-se com cunhos doutrinários: “[...] reconquistar as massas, ir ao povo, liberá-lo da influência nefasta do socialismo, aconchegá-lo no comunitarismo ético-cristão.” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2003, p. 214).

A consolidação da determinação ético-política do Serviço Social no seu surgimento enquanto profissão no Brasil é sustentada pelo conservadorismo moral, conforme afirma Barroco (2006, p. 74): “[...] a presença do conservadorismo moral, no contexto de origem do Serviço Social, é evidenciada: na formação profissional, no projeto social da Igreja Católica e na cultura brasileira, através das idéias positivistas.”

Apenas a partir da década de 1970-1980, no auge da autocracia burguesa no Brasil, inicia-se um processo de renovação política do Serviço Social, com vistas a romper com esse tradicionalismo na profissão e reconstruir um projeto profissional. Conforme tese de Paulo Netto (2011), esse momento histórico compreende distintas direções: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

A perspectiva modernizadora representava a necessidade de a categoria investir na sua sistematização e validação teórica. Nos termos de Paulo Netto (2011, p. 154-155):

O núcleo central desta perspectiva é a tematização do Serviço Social como interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento [...]. O que

caracteriza esta perspectiva, todavia, está longe de resumir-se à exclusão de tendências contestadoras: antes, o que lhe confere seu tônus peculiar é a nova fundamentação de que se socorre para legitimar o papel e os procedimentos profissionais.

Essas inquietações da categoria, expressas conforme este direcionamento, só foram possíveis devido a alguns fatores que proporcionaram as condições internas para que a categoria construísse um novo projeto profissional: o seu amadurecimento organizativo e representativo e a formação de uma massa crítica, o protagonismo de uma parcela de assistentes sociais que foram vanguardas deste processo e a contribuição dos “novos” estudantes do curso de Serviço Social, por adentrarem com uma nova perspectiva e influências ideológicas mais progressistas (PAULO NETTO, 2004).

A reatualização do conservadorismo, segundo Paulo Netto (2011), caracteriza-se pelo consciente esforço de fundar o conservadorismo em matrizes intelectuais mais sofisticadas. Repudia tanto os padrões vinculados ao positivismo quanto os de raiz marxiano.

Na intenção de ruptura, localizada nos anos 1970, com o método BH, sistematicamente há uma crítica ao tradicionalismo nos aspectos teóricos, metodológicos e ideológicos. Esse período “[...] dá o tom da polêmica profissional e fixa as características da retórica politizada (com nítidas tendências à partidarização) de vanguardas profissionais de maior incidência na categoria.” (PAULO NETTO, 2011, p. 159). É a partir desse momento que o Serviço Social passa a ter aproximações sucessivas com o marxismo, chegando ao atual projeto profissional, influenciado pelo pensamento marxista e marxiano (especialmente Gramsci e Lukács), evidenciando o reconhecimento da luta de classes, direção social estratégica e a construção de uma nova sociabilidade, dentre outros princípios.

É apenas a partir daí que se assiste a um momento de amadurecimento da reflexão crítica do Serviço Social diante de um contexto marcado, dentre outros fatores, pela globalização do capital, a reestruturação produtiva, a hegemonia do neoliberalismo, restringindo a operacionalização das políticas sociais e a consolidação da democracia na sociedade brasileira. O processo de renovação do projeto profissional se materializa a partir da reformulação das diretrizes curriculares dos cursos, do código de ética e da lei que regulamenta a profissão.

O período histórico dos acontecimentos e avanços no que tange à reforma curricular do curso de Serviço Social coincide com medidas neoliberais implementadas no País como a Reforma do Estado, as privatizações das empresas estatais, o corte de investimentos nas políticas públicas e o incentivo ao setor privado.

A Reforma do Ensino Superior, componente da Reforma do Estado, iniciada com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996, ano de aprovação das novas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social, contribuiu para a mercantilização da educação, sucateamento das Instituições Federais de Ensino Superior, avanço do ensino a distância e dos cursos sequenciais.

Essas reformas têm influenciado de forma a dificultar a consolidação das nossas diretrizes curriculares e, por consequência, o projeto ético-político do Serviço Social, pois a formulação deste se contrapõe a esta lógica. Dentre os impactos, pode-se citar a redução dos recursos para atividades de pesquisa e o estímulo destas através de financiamento por empresas privadas que passam a ditar a qualidade e quantidade que desejam, impondo uma lógica empresarial nas universidades públicas através do controle das pesquisas.

As novas diretrizes curriculares preservaram alguns aspectos e romperam com outros do currículo anterior. Dentre os de continuidade, estão a primazia da tradição marxista, o pluralismo e a reafirmação da categoria trabalho. Entre as novidades, a questão social como central na formação profissional e a introdução de novos componentes curriculares.

É nesse contexto de novas perspectivas de compreensão na formação profissional que a matriz teórica marxista passa a ser consolidada como hegemônica no projeto ético-político do Serviço Social. A direção social da profissão, claramente assumida em defesa da classe trabalhadora, fica bem referendada nos diversos instrumentos legais que materializam o projeto profissional, como a Lei nº 8.662/93, que regulamenta a profissão; as novas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social (aprovadas em 1996, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e em 2002, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC)/Conselho Nacional da Educação CNE); e, o novo Código de Ética Profissional de 1993, vigente até os dias atuais.

Para Iamamoto e Carvalho (2003), há reflexões que, ainda na

atualidade, são decorrentes do equívoco histórico da profissão sobre a sua direção social. Esses autores questionam a que interesses deve atender o exercício profissional do assistente social: ao Estado, seu maior empregador, ao capital ou à classe trabalhadora? Esses e outros elementos são amadurecidos com a reflexão dos fundamentos e das mediações ético-morais da profissão a partir dos anos 1980, pois “[...] a prática política construiu, objetivamente, uma ética de ruptura, mas não ofereceu uma sustentação teórica que contribuísse para uma compreensão de seus fundamentos.” (BARROCO, 2006, p. 177).

O exercício profissional do assistente social deve estar concatenado ao seu projeto de profissão, que vem sendo forjado no seio da categoria ao longo dos anos com o objetivo de mantê-la atualizada diante das constantes transformações conjunturais da sociedade. Cabe ao assistente social estar apto a dar respostas aos desafios postos pelas demandas no enfrentamento das expressões da questão social.

O projeto ético-político do Serviço Social diz respeito a um conjunto de referenciais teóricos, ideológicos, políticos e legais que representam uma construção coletiva e organizada da categoria. É, portanto, o produto de seu processo de ruptura e renovação profissional. Os valores e compromissos éticos e profissionais são representados por princípios e diretrizes nos documentos da categoria, já mencionados. Eles apresentam tanto ideias radicais para a transformação social, quanto posições reformistas ante as possibilidades de consolidação no sistema capitalista.

A articulação com os movimentos sociais e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual demonstram o “como fazer”. Expressam, ainda, a necessidade do aprimoramento e constante formação do profissional no seu exercício com vistas a alcançar presteza no trabalho junto aos usuários.

É evidente o processo de “amadurecimento” do Serviço Social em relação aos estudos de Marx, mas não se pode assegurar que a leitura marxiana tem feito parte da formação profissional do Serviço Social e hegemonizado o referencial ideológico dos assistentes sociais brasileiros. Duas questões parecem ser elementares para essa determinação e, ao mesmo tempo, apresentam-se como desafios ao projeto profissional, a massificação do ensino e as condições da for-

mação profissional. (BRAZ, 2007).

Partindo desse pressuposto e do entendimento de que a luta de classes afeta também o cotidiano profissional, o assistente social deve ampliar o seu horizonte de atuação, não se contentando apenas em se aperfeiçoar tecnicamente enquanto espelho da instituição, nem realizando atitudes fatalistas, messiânicas ou voluntaristas. Deve, na verdade, ter preparo teórico-político e estar atento para acompanhar o movimento das classes sociais e compreender os limites do poder institucional. (IAMAMOTO, 2002).

De acordo com Guerra (2011), a instrumentalidade da profissão diz respeito, exatamente, a essa capacidade de mediação entre as teorias que a referenciam e as ações que buscam concretizar seus objetivos, alterando e transformando o cotidiano. A formação profissional qualificada e contínua é condição imprescindível para apropriação dos referenciais teóricos e metodológicos e capacidade técnico-operativa de atuação. Do contrário, não serão superados os inúmeros equívocos e desafios para compreender nosso projeto ético-político profissional e contribuir para sua consolidação.

Conforme os esclarecimentos de Braz (2002, p. 405):

[...] o relativo desconhecimento do projeto ético-político pela categoria pode ser justificado pela precoce inserção do tema no debate do Serviço Social e, ainda, (e em consequência disso), pela parca produção de conhecimentos acerca do tema.

É importante, no entanto, que esteja claro não ser o profissional de Serviço Social o responsável pela materialização de princípios revolucionários nem tampouco a construção de uma nova sociabilidade. A profissão sofre rebatimentos conjunturais que vão inviabilizar condições objetivas de hegemonia e implantação de seu projeto profissional. Conforme Braz (2007), o cenário de “crise” coloca questionamentos tanto de hegemonia quanto de materialidade:

[...] a crise de projeto societário das classes trabalhadoras impõe uma crise ao nosso projeto profissional. E a sua hegemonia também depende da natureza da relação que se estabelecerá com esse estado de coisas. Manter-se-ão os princípios, os valores e os compromissos firmados numa conjuntura de crise/ausência de projeto societário das classes trabalhadoras? Eles poderão ser reproduzidos ainda que não encontrem repercussão

nas lutas mais amplas do trabalho? Ou o projeto profissional será relativizado, flexibilizado ou revisado para se ajustar à proposta hegemônica? Essas são questões cruciais que atingem em cheio o debate acerca do projeto ético-político e de sua hegemonia. (BRAZ, 2007, p. 7).

Obviamente que a crise desse projeto societário da classe trabalhadora está associada às crises e contradições do capital e, conseqüentemente, ao movimento pós-moderno, configurando seu desafio contemporâneo. Concordando com Braz, as possíveis saídas, além da defesa radical dos princípios do projeto ético-político, estão em articular a profissão com setores avançados na luta social contra o capitalismo, fazer uso dos instrumentos legais e valorizar as conquistas profissionais. Ainda conforme Braz (2007, p.10):

Nossa tarefa está na capacidade de identificar formas de viabilização prática-política para o projeto profissional que, como todo projeto coletivo, depende de sustentabilidade histórica para se reproduzir como tal no movimento da sociedade.

Isso se torna mais evidente quando a formação profissional por si só não garante um fazer coerente com o projeto ético-político hegemônico na categoria, pela própria diversidade de projetos societários e porque

[...] a transmissão de conhecimentos, de teorias, não se faz independente das condições concretas e históricas dos seus agentes profissionais, dos próprios sujeitos da formação e do jogo de interesses polarizados. (NICOLAU, 2004, p. 83).

Ao tratar do fazer profissional, não há como não mencionar a polêmica discussão da relação teoria e prática, vistos os constantes debates de haver distância ou até mesmo negação entre eles. Sobre essa reflexão, Nicolau (2004, p. 96) nos apresenta as seguintes ponderações:

Salienta-se que os saberes construídos, ora na formação, ora no fazer profissional, não são necessariamente antagônicos. Podem, sim, comportar contradições e complementaridades porque espelham o dinamismo da totalidade social em seus espaços e tempos, bem como a complexidade dos indivíduos que a constituem e nela se constituem. [...]. O isolamento do processo formativo, daquela formação que se efetiva no fazer profissional,

por meio do trabalho, reduz o primeiro a uma abstração e o segundo ao ativismo.

Por essa questão, os profissionais se sentirem “angustiados”, pois, tanto não relacionam teoria e prática, formação e fazer profissional, quanto não identificam sua profissão como produto das transformações societárias, devendo acompanhar as discussões do trabalho, questão social, ética profissional, dentre outras relevantes.

Para dar conta de seus desafios contemporâneos, o profissional deve ser capaz de relacionar, no seu exercício, as dimensões da competência profissional: a teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa. As dimensões não são nem devem ser visualizadas de forma dissociada.

O constante aprimoramento intelectual é atitude imprescindível à competência profissional de forma a garantir assistentes sociais capacitados para acompanhar a dinâmica da sociedade e os desafios postos pelas novas demandas e expressões da questão social. A articulação das dimensões da formação profissional é condição essencial para isso, conforme considerações de lamamoto (2006, p. 193, grifo nosso):

Exige-se, para tanto, *compromisso ético-político* com os valores democráticos e *competência teórico-metodológica* na teoria crítica em sua lógica de explicação da vida social. Estes elementos, aliados à *pesquisa da realidade*, possibilitam decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam. Mas requisita também um profissional *versado no instrumental técnico-operativo*, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los.

O profissional do Serviço Social, em qualquer área que esteja atuando, entendendo a profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho e fortemente ligada às transformações da sociedade necessita desenvolver e atualizar permanentemente a formação profissional. Conforme analisa Silva (1995, p. 35). “[...] o entendimento do Serviço Social, enquanto profissão, não pode se dar fora do contexto social que o gera, o que implica desvendar sua função real e seus efeitos no

movimento concreto da vida social.”

Considerações Finais

O artigo lança algumas reflexões para evidenciar a relação entre políticas sociais, questão social, Serviço Social e exercício profissional. O ponto de partida para compreender essas categorias é inseri-las no movimento contraditório e dialético do sistema capitalista. É privilegiar, na análise, a perspectiva de totalidade, ressaltando os elos com as constantes transformações oriundas das contradições que emergem do contexto social, ou seja, do concreto. É buscar os fundamentos que embasam o exercício profissional e as distintas respostas do Estado, em momentos históricos diferenciados, às demandas que expressam as configurações da questão social.

A consolidação do atual projeto do Serviço Social depende, de antemão, do reconhecimento e identificação do profissional com este. Apesar da polêmica se tal projeto não estaria em crise, “perdendo o bonde da história”, pondera-se ser possível na atuação cotidiana dos assistentes sociais a concretização de elementos do seu projeto profissional quando estes direcionam suas ações na defesa e fortalecimento de seus princípios, unidos a outros setores com mesmo ideal de sociedade.

Não há receitas prontas, mas uma preocupação em formar e capacitar de forma permanente os profissionais para se distanciarem da visão fragmentada e se aproximarem da perspectiva crítica, relacionando teoria à prática e a um projeto de sociedade.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistente social: ética e direitos**. Coletânea de Leis e Resoluções. 4. ed. Rio de Janeiro: 2002.

_____. A hegemonia em xeque: projeto ético-político do Serviço So-

cial e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, Rio de Janeiro, v. X, p. 4-10, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968. (Coleção Perspectivas do homem, volume 48, série filosofia).

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

HOBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções: 1789-1848**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo**. In: MOTA, Ana Elisabete; BRAVO, Maria Inês Souza; TEIXEIRA, Marlene et al. (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

_____.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Maria Helena Barreiro Alves. Revisão Carlos Roberto F. Nogueira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983 (Novas direções).

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 5).

NASCIMENTO, Milton Meira. Rousseau: da servidão à liberdade. In: WELFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**. 14. ed. São Paulo: Ática, 1993. v. 1.

NICOLAU, Maria Célia Correia. Formação e fazer profissional do assistente social: trabalho e representações sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 79, p. 82-107, set. 2004.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 79, p. 5-26, set. 2004.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 1).

PEREIRA, Potyara A. P.; STEIN, Rosa Helena. Política social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine R.; SANTOS, Silvana Mara de Moraes et al. (Orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social**: temas & questões. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. In: WELFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**. 14. ed. São Paulo:

Ática, 1993. v. 1.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de Serviço Social, v. 6).

SILVA, Maria Ozanira da S. **Formação profissional do assistente social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009